

Incrá pede auditoria em compra de terras

Órgão fala em 'interferências ideológicas' e propõe rever áreas para reforma agrária

José Maria Tomazela
SOROCABA

Um ofício enviado pela presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) ao Ministério da Agricultura propõe uma auditoria geral nas aquisições de terras para a reforma agrária. O documento, assinado pelo presidente João Carlos de Jesus Corrêa e encaminhado à pasta no dia 31, cita "interferências ideológicas e político-partidárias, fruto de gestões administrativas e financeiras no mínimo questionáveis", como causas do "relevante atraso" no processo de distribuição de terras no País.

O ofício, que fala em restringir novos assentamentos, acompanhou as propostas de reestruturação do órgão feitas por um grupo de trabalho criado em fevereiro. "Na atual conjuntura, parece desaconselhável a alocação de recursos públicos para a criação de novos projetos de assentamentos, até que esses precedentes sejam ocupados pelas unidades familiares", afirma o grupo de trabalho.

No parecer ao Ministério da Agricultura, o presidente do Incrá diz ainda que "diagnósticos indicam a existência no órgão de uma cultura permeada pela ideia de impunidade e uma eventual aceitação de desvios de conduta, além de frequente inobservância de processos, regulamentos e normas". Ainda segundo ele, "percebeu-se que interferências político-partidárias nos processos técnicos da autarquia impactaram negativamente as sistêmicas de planejamento, coordenação e controle, o que prejudicou gravemente a efetividade e a eficiência das ações do Incrá".

Corrêa informou ainda que as propostas buscam criar condições necessárias para a conquista de objetivos estratégicos marcados pelo Plano.

Fiscalização. Conforme o grupo de trabalho, é necessária também uma auditoria nos recursos públicos usados no desenvolvimento de áreas reformadas, após a criação e implantação dos projetos criados, com a verificação "da verdadeira situação fática" em que se encontram as famílias de agricultores que ali vivem e trabalham.

O grupo propõe "reversos processos de obtenção de terras em trânsito na autarquia" e "limitar a criação de projetos de assentamentos a somente quando o imóvel estiver devidamente incorporado ao patrimônio da autarquia".

O diretor da Confederação Nacional das Associações de Servidores do Incrá, Reginaldo Marcos Aguiar, disse que, nos termos em que foi encaminhado ao Ministério da Agricultura, sem citar nomes, o documento pode causar risco de generalização. "O problema é que até agora não se fez nada para melhorar a situação dos assentados, que o próprio Incrá admite ser de abandono."

Procurado, o Ministério da Agricultura não respondeu até a conclusão desta edição.

• Parecer

"Parece desaconselhável a alocação de recursos públicos para a criação de novos projetos de assentamentos."

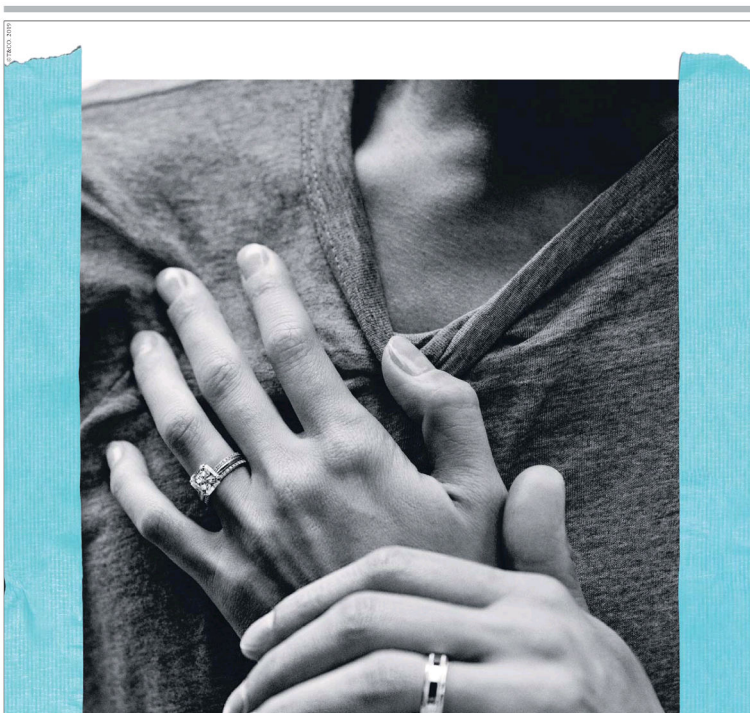
João Carlos de Jesus Corrêa



Revisão. Em ofício, Corrêa, do Incrá, também propõe restringir novos assentamentos

Raoni: 'Governo é contra povo indígena'

• O líder indígena Raoni criticou a forma como o governo Jair Bolsonaro tem conduzido as políticas indígenas e disse que seu povo corre o risco de desaparecer, se nada for feito. "Queremos dialogar com o governo, mostrar a ele que nós, indígenas, não aceitamos o que Bolsonaro pensa sobre nós, não aceitamos a violação dos direitos indígenas e dos territórios indígenas", disse ele ao Estado. Para Raoni, "essa gestão é contra o povo indígena". O cacique tentou se reunir com o presidente, mas até ontem não havia conseguido marcar um encontro. / ANDRÉ BORGES



True
Believe In Love

Apresentando o anel Tiffany True



TIFFANY & CO.

Tiffany.com